

Lévi-Strauss e o pensamento japonês

LÉVI-STRAUSS, CLAUDE. *A outra face da lua: escritos sobre o Japão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. 119 p.

Caetano Sordi

Cientista Social, Filósofo, Doutorando em Antropologia
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Ainda que a etnologia dos povos ameríndios tenha servido a Claude Lévi-Strauss como ponto de partida para inúmeras de suas reflexões e *insights*, a cultura japonesa sempre exerceu sobre o espírito do antropólogo um imenso fascínio. Com o lançamento em português de *A outra face da lua* – compilação de textos e conferências proferidas por Lévi-Strauss sobre a cultura nipônica entre 1979 e 2001, prefaciada e organizada por Junzo Kawada –, o leitor brasileiro tem acesso agora à atualização intelectual e escrita deste interesse, despertado ainda na infância do antropólogo a partir do contato com objetos artísticos produzidos no arquipélago. Ademais, a coletânea vem acompanhada de uma série de fotografias da vida cotidiana do grande estruturalista, várias delas tiradas em sua visita ao Japão de 1986. Na companhia da sua esposa, Monique, Lévi-Strauss fizera cinco viagens à terra do sol nascente, entre 1979 e 1988. Em *A outra face da lua*, somos informados de seu eterno arrependimento de ter conhecido as ilhas em momento tão tardio da sua longa vida.

Na primeira conferência da compilação, denominada “Lugar da cultura japonesa do mundo”, Lévi-Strauss estabelece um jogo de contrastes entre alguns traços que considera fundamentais na cultura ocidental e a originalidade representada pela cultura japonesa, originalidade esta que tomaria a forma de um “cartesianismo sensível” (p. 27). Assim como ao cartesianismo do ocidente, não faltaria ao cartesianismo sensível do Japão o rigor e a precisão analítica. O que os diferenciaria, contudo, seria a tendência do rigorismo japonês a não afastar-se por demais do mundo concreto, dos sons, dos

odores e dos sabores, dos timbres e acordes de sua música tradicional. Ora, é compreensível que um pensador tão empenhado em demonstrar a lógica das qualidades sensíveis subjacente ao pensamento dito “selvagem” tenha se seduzido por uma matriz cultural como a japonesa, em que os planos lógico e sensível estejam em permanente imbricamento e indissociável contato.

Ainda nesta conferência, Lévi-Strauss também atribui significado à posição relativa de Japão e França como bordos extremos do continente eurasiático, “já que é possível ver neles os pontos últimos que chegaram em direções opostas as influências que têm na Ásia sua origem comum” (p. 29). Igualmente importantes são as consequências intelectuais de tal simetria invertida no plano geográfico, na medida em que a figura do sujeito, fundamental tanto para a filosofia ocidental quanto para a japonesa, se configura de maneira diametralmente oposta nos dois contextos abordados. Segundo o antropólogo, o sujeito ocidental seria centrífugo, pois tudo partiria dele. Já o sujeito japonês seria um sujeito centrípeto, isto é, um sujeito que não se compreende, a cada vez, como o início dos processos de que participa, mas, ao contrário, sempre como um *resultado* deles. Este posicionamento diferente do sujeito se refletiria tanto na estrutura da língua japonesa, que coloca o sujeito sempre ao final do período, quanto nas artes manuais, como na serralheria.

Para Lévi-Strauss, o pensamento japonês também teria a vantagem de não atribuir a todos os fenômenos naturais uma determinada racionalidade e uma necessidade lógica, algo que, nas suas palavras, seria como que um “preconceito tenaz” do ocidente moderno (p. 36). É interessante notar, em concordância com Lévi-Strauss, que só muito recentemente a filosofia contemporânea parece ter introduzido esta questão em sua agenda de pesquisa, como bem revelam os trabalhos de Quentin Meillassoux (2006) e demais pensadores do chamado pós-correlacionismo ou *speculative turn* (Bryan, Srnicek, Harman, 2011). Entre as bandeiras de combate destes filósofos, encontra-se justamente a crítica ao *princípio da razão suficiente* (isto é, o princípio, sacralizado pela filosofia moderna, de que se algo existe, é porque necessariamente há razões que o façam existir), que Lévi-Strauss já descrevia nesta conferência de 1990 como um preconceito ocidental.

A segunda conferência, homônima ao título do livro, versa sobre outros aspectos da cultura japonesa, como as artes gráficas e a cozinha, sem abandonar o jogo de contrastes e simetrias com a cultura ocidental. Mais uma vez, Lévi-Strauss elogia o *modus operandi* lógico-sensível da cultura insular, marcado, segundo ele, pela economia dos meios e por uma “higiene mental voltada para a simplicidade” (p. 47). Logo em seguida, em “A lebre branca de Inaba”, emprega uma antiga fábula japonesa para retomar a análise estrutural dos mitos da América, operada nas *Mitológicas*. Ao encontrar invariantes e proximidades entre as séries míticas japonesa e americana, especula que ambas podem remeter a um mesmo sistema originário, localizado na Ásia continental. Em seu movimento rumo a América, acompanhando as migrações humanas, tal sistema mitológico teria se

servido das ilhas japonesas como uma espécie de ponte. A verificação da hipótese, no entanto, Lévi-Strauss deixa em aberto, remetendo aos especialistas.

O mesmo fio condutor se faz presente em “Heródoto no mar da China”, em que mais uma vez a posição do Japão como extremo bordo oriental do continente eurasiático é enfocada. Desta vez, Lévi-Strauss parte das homologias existentes a lenda grega de Cresos, relatada por Heródoto, e certa lenda verificada nas ilhas Ryukyu, no Japão meridional. Tal como no texto anterior, o antropólogo levanta a conjectura histórica de uma possível transmissão intercontinental da narrativa, ao evocar outros exemplos do vai-e-vem de narrativas míticas entre ocidente e oriente que compôs a história do pensamento eurasiático, em espectro de longa duração (a lenda de Midas, por exemplo). Ao ler “Heródoto no mar da China” é impossível não se recordar de algumas passagens da *História Noturna* de Carlo Ginzburg (2012), nas quais o autor descreve um movimento semelhante, porém inverso – de oriente a ocidente –, de transmissão ideológica e mitológica na Antiguidade. O jogo de simetrias entre narrativas ocidentais e orientais é repetido em “A dança impudica de Ame no Uzume”, no qual o antropólogo traça paralelos entre uma história egípcia e uma história japonesa.

Em “Sengai: a arte de se acomodar no mundo”, o antropólogo se vale da arte caligráfica do monge homônimo (1750-1837) para refletir novamente sobre o modo japonês de se relacionar com a realidade. Lembrando as filiações intelectuais do monge, que remetem às influências budistas vindas do continente, China e Coreia, Lévi-Strauss traça comentários sobre o gosto japonês pelas formas ligeiramente irregulares e pelas matérias rugosas, pouco trabalhadas, que se articulam sob a forma de uma “arte do imperfeito” (p. 75). Nesta celebração do irregular, o autor percebe traços de uma valorização da espontaneidade, da despreocupação com o cânone, o que acaba alçando a obra do artista a um patamar de qualidade em que a “negligência e a elegância se confundem” (idem).

Por fim, em “Uma Tóquio desconhecida”, Lévi-Strauss emprega a grande metrópole nipônica para tratar da cisão cultura e natureza, marcante em toda sua obra, e da relação entre cultura e história, outra temática da qual é afim. Ao evocar suas conclusões em *Tristes Trópicos*, argumenta que o Japão poderia ser considerado como a única nação que soube encontrar o equilíbrio “entre fidelidade ao passado e as transformações induzidas pela ciência e pelas técnicas” (p. 101), livrando-se, quem sabe, dos dois temores expressados pelo antropólogo no seu clássico de 1955: de que a humanidade perdesse as suas raízes e/ou fosse esmagadas sob seu próprio número de indivíduos (Lévi-Strauss, 2010). Lévi-Strauss atribui este caráter único do Japão ao fato de sua inserção na Modernidade ter sido operada através de uma *restauração* (capaz de filtrar o melhor do fora e preservar o melhor do dentro) e não uma *revolução*. Ao contrário da França de 1789, o Japão da Era Meiji teria se aberto ao exterior de maneira cautelosa, controlada, de modo a não deixar a tradição cultural precedente ser tragada pelo vórtice modernizador.

Críticos de Lévi-Strauss poderão enxergar nessa elegia à cultura japonesa certa nuance conservadora do antropólogo, marcada por sua predileção à ordem e à variação estruturada. Em certa altura do texto, escreve que “hoje ainda, o visitante estrangeiro admira este zelo de cada um em bem cumprir o seu ofício, essa boa vontade alegre que, comparada ao clima social e moral dos países de onde ele vem, lhe parecem virtudes do povo japonês” (p. 101). Há de se suspeitar que o primado japonês pela ordenabilidade de todas as coisas não seja tão unânime assim, do ponto de vista de quem o analisa de fora. Em todo caso, seria injusto reduzir a fascinação de Lévi-Strauss pela cultura japonesa a este único aspecto, pois reduziria a intensa multiplicidade do seu interesse intelectual e afetivo pelo arquipélago.

Acima de tudo, o antropólogo ressalta as contribuições que ambos os pensamentos, japonês e ocidental, poderiam fornecer um ao outro, se vencidas as barreiras da incompreensão e do etnocentrismo. Para Lévi-Strauss, a grande lição que o ocidente poderia assimilar dos japoneses é sua relação *sui generis* com a matéria e, portanto, com a natureza. Embora às vezes a classifique como “dolorosa” (p. 108), esta é uma relação que Lévi-Strauss ressalta como digna de homenagem, afinal de contas, não haveria “muitos países que tenham sabido realizar essa proeza de criar uma prodigiosa civilização urbana que seja, ao mesmo tempo, respeitosa de grande parte do seu território” (p. 110). Em consonância com Lévi-Strauss, o filósofo japonês Hisayasu Nakagawa (2008) elucida que os caracteres chineses que compõem a palavra “natureza” em japonês também podem ser lidos de outros dois modos: “fazer-se por ela mesma” (no caso da natureza) ou “fazer-se por si mesmo” (no sentido de cada um a si mesmo). Assim, em sua interna duplicidade, a palavra refere-se tanto à interioridade do sujeito quanto à sua exterioridade, sob a forma do que os ocidentais entendem por “natureza”. Em suas duas dimensões o processo é o mesmo, marcado pela espontaneidade do que simplesmente acontece.

Em um momento histórico em que tanto se discutem os rumos do modelo moderno de desenvolvimento, bem como os limites sustentáveis da relação entre economia e natureza, tal sabedoria arcaica dos japoneses parece útil, a se julgar pelo que escreve Lévi-Strauss. Resta saber o quanto o *atual* modelo nipônico de relação com a natureza permanece sendo o mesmo percebido por Lévi-Strauss em suas viagens e leituras. Eventos críticos como o acidente nuclear de Fukushima, em 2011 - ou mesmo o *lobby* dos japoneses pela flexibilização das normas internacionais envolvendo a caça de cetáceos - colocam objeções à sustentabilidade do modelo.

Referências

- BRYANT, Levi; SRNICEK, Nick; HARMAN, Graham (eds.) *The speculative turn: continental materialism and realism*. Melbourne: re.press, 2011.
- GINSBURG, Carlo. *História noturna: decifrando o sabá*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *O cru e o cozido (Mitológicas I)*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.
- _____. *Tristes trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- MEILLASSOUX, Quentin. *After finitude: an essay on the Necessity of Contingence*. London: Continuum, 2006.
- NAKAGAWA, Hisayasu. *Introdução à cultura japonesa: ensaio de antropologia recíproca*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Recebido em 9 de Maio
Aprovado em 16 de Maio